



Monitor da Educação e da Formação de 2016

Portugal

O Volume 2 do Monitor da Educação e da Formação 2016 compreende vinte e oito relatórios relativos a cada país. Toma por base os mais recentes dados quantitativos e qualitativos para apresentar e avaliar as principais medidas políticas recentemente tomadas ou em curso em cada Estado-Membro da UE, com especial incidência na evolução registada desde meados de 2015. Vem, portanto, complementar as fontes de informação existentes, que oferecem descrições dos sistemas educativos e de formação nacionais.

A estrutura dos relatórios sobre cada país é a seguinte: A Secção 1 apresenta uma panorâmica estatística dos principais indicadores para o ensino e a formação. A Secção 2 identifica sucintamente os principais pontos fortes e as dificuldades do sistema de ensino e de formação do país. A Secção 3 analisa as despesas com a educação e aborda o desafio demográfico e a escassez de qualificações. A Secção 4 debruça-se sobre o abandono escolar precoce, a educação pré-escolar e cuidados para a infância, e sobre as qualificações de base em áreas importantes relacionadas com a luta contra as desigualdades e a promoção da inclusão. A Secção 5 trata das políticas destinadas a modernizar o ensino escolar, abrangendo a profissão de docente e as competências linguísticas e digitais. A Secção 6 analisa as medidas destinadas a modernizar o ensino superior. Por último, a Secção 7 debruça-se sobre o ensino e a formação profissionais, bem como a educação de adultos.

O manuscrito foi concluído em 15 de setembro de 2016.

ec.europa.eu/education/monitor

1. Indicadores principais

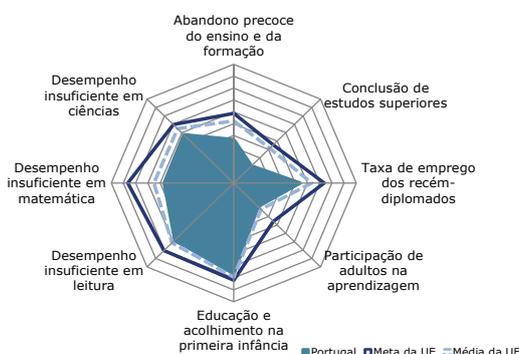
		Portugal		Média da UE		
		2012	2015	2012	2015	
Valores de referência EF 2020						
Estudantes que abandonam precocemente o sistema de ensino e de formação (18-24 anos)	Total	20,5%	13,7%	12,7%	11,0%	
Conclusão de estudos superiores (30-34 anos)	Total	27,8%	31,9%	36,0%	38,7%	
Ensino e cuidados na primeira infância (EPCI) (dos 4 anos de idade ao início da escolaridade obrigatória)		93,8% ¹¹	93,5% ¹⁴	93,2% ¹¹	94,3% ¹⁴	
Percentagem de jovens de 15 anos com desempenho insuficiente em:	Leitura	18,8%	:	17,8%	:	
	Matemática	24,9%	:	22,1%	:	
	Ciências	19,0%	:	16,6%	:	
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-8 (total)	67,5%	72,2%	75,9%	76,9%	
Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos)	CITE 0-8 (total)	10,5%	9,7%	9,2%	10,7%	
Outros indicadores contextuais						
Investimento na educação	Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB	6,2%	6,2% ¹⁴	5,0%	4,9% ^{14,p}	
	Despesa com instituições públicas e privadas por aluno, em PPC	CITE 1-2	€5.628	€6.081 ¹³	:	: ¹³
		CITE 3-4	€6.946	€7.852 ¹³	:	: ¹³
		CITE 5-8	€7.444 ^d	€8.302 ¹³	:	: ¹³
Estudantes que abandonam precocemente o sistema de ensino e de formação (18-24 anos)	Nascidos no país	20,5%	13,5%	11,6%	10,1%	
	Nascidos no estrangeiro	20,0%	16,2%	24,9%	19,0%	
Conclusão de estudos superiores (30-34 anos)	Nascidos no país	28,4%	32,0%	36,7%	39,4%	
	Nascidos no estrangeiro	23,0%	31,8%	33,8%	36,4%	
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-4	65,4%	68,6%	69,7%	70,8%	
	CITE 5-8	69,9%	75,5%	81,5%	81,9%	
Mobilidade para fins de aprendizagem	Estudantes provenientes do estrangeiro (licenciatura)	1,7% ¹³	1,9% ¹⁴	5,5% ¹³	5,9% ¹⁴	
	Estudantes provenientes do estrangeiro (mestrado)	5,5% ¹³	6,7% ¹⁴	13,6% ¹³	13,9% ¹⁴	

Fontes: Eurostat (cf. secção 9 para mais pormenores); OCDE (PISA).

Notas: os dados referem-se às médias ponderada da UE, que cobrem um número diferente de Estados-Membros consoante a fonte; b = quebra na série cronológica, d = definição diferente, p = provisório, u = baixa fiabilidade, 11 = 2011, 13 = 2013, 14 = 2014.

Informações complementares estão disponíveis na secção correspondente do Volume 1 (ec.europa.eu/education/monitor).

Figura 1. Posição em relação ao maior (anel exterior) e menor (centro) índice de desempenho



Fonte: Cálculos da DG Educação e Cultura, com base nos dados do Eurostat (IFT 2015) e da OCDE (PISA 2012).

Nota: todas as pontuações se situam entre um máximo (os mais fortes índices de desempenho, representados pelo anel exterior) e um mínimo (os mais fracos índices de desempenho, representados pelo centro da figura).

2. Destaques

- O Governo português anunciou uma série de medidas para melhorar a equidade no ensino e para lutar contra o insucesso escolar.
- O orçamento de 2016 para a educação não gerou aumentos significativos em relação ao ano anterior: prevê-se que o apoio financeiro para as reformas resulte de uma maior eficiência da despesa e de uma diminuição das repetições de ano.
- A educação para a cidadania e a educação intercultural assumem uma cada vez maior importância nos currículos e a integração de migrantes no sistema educativo está a ser reforçada.
- A tendência para o decréscimo das matrículas no ensino superior, juntamente com a alta taxa de emigração de cidadãos portugueses altamente qualificados para outros países europeus, está a agravar a crise demográfica do país e poderá ter reflexos negativos na sua competitividade.
- Os novos *Cursos Técnicos Superiores Profissionais, CTESP*, estão a contribuir para um aumento das matrículas nos institutos politécnicos e para abrir novas vias de cooperação com o setor empresarial.

3. Investir na educação para enfrentar o desafio demográfico e o da evolução das competências

A despesa pública global com a educação em percentagem do PIB manteve-se inalterada, em 6,2 % de 2012 a 2014¹. O PIB aumentou durante o mesmo período, mas permanece abaixo do seu nível de 2011. A despesa com a educação em percentagem da despesa pública global desceu 0,5 ponto percentual, para 12 %, de 2013 para 2014.

Durante o seu mandato, o Governo anterior tomou uma série de medidas destinadas a reforçar a eficiência da despesa com a educação (Comissão Europeia 2015a). Entre elas, destaca-se a racionalização da rede escolar, a redução do número de professores que não estão ocupados com atividades de ensino e a introdução de uma nova fórmula de financiamento das escolas que inclui critérios de desempenho.

O Governo que está em funções desde dezembro de 2015 propôs um plano ambicioso para promover a igualdade social na educação e melhorar o desempenho dos alunos. No entanto, o orçamento de 2016 para o ensino básico e secundário será 4,2 % mais baixo do que em 2015². Os recursos necessários para alcançar a igualdade de tratamento e melhorar o desempenho dos alunos proviriam da poupança resultante da redução da dispendiosa taxa de repetição do ano e de insucesso escolar. O plano prevê medidas como o aumento da provisão de ensino pré-escolar, a redução do número de alunos por turma, o reforço do serviço de tutoria e alargamento dos horários de abertura das escolas, e o reforço do apoio prestado a famílias socialmente vulneráveis. A verba prevista para este apoio (sob a forma de livros, refeições escolares, abonos de família e bolsas de estudo) aumentará 31,1 % e o orçamento destinado à educação pré-escolar aumentará 0,8 %. Quanto à dotação financeira para as escolas privadas (*contratos de associação*), o Governo anunciou que irá deixar de financiar estas em áreas cobertas por escolas públicas.

A despesa com o ensino superior no orçamento para 2016 conhece um aumento de 2,6 %³ em relação ao orçamento de 2015. A dotação financeira para as universidades e os institutos politécnicos aumentará cerca de 3 %, ao passo que as bolsas de estudo registam um aumento de cerca de 15 %. O plano orçamental anuncia um plano de modernização e diversificação do ensino superior que visa desenvolver a capacidade das instituições de ensino superior para atrair novos

¹ Fonte: Eurostat, Despesas das administrações públicas por função, base de dados (COFOG).

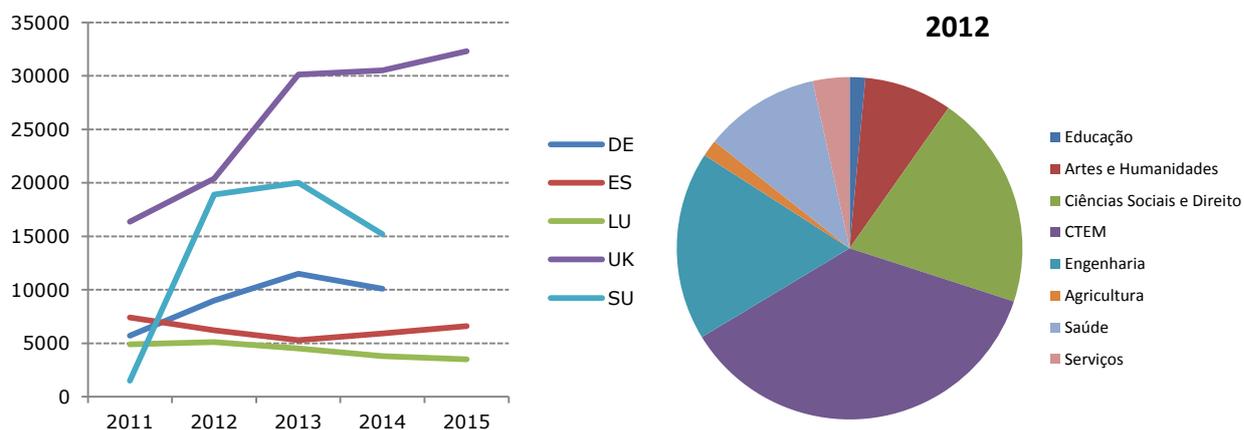
² Fonte: Orçamento do Estado 2016 «Ensino Básico e Secundário a Administração Escolar».

³ Fonte: Orçamento do Estado 2016 «Ciência, tecnologia e Ensino Superior».

fundos e diversificar os recursos existentes. O plano de ação também incentiva a criação de consórcios, a fim de permitir a partilha dos recursos e promover a mobilidade dos professores, de que resultará, em última análise, uma melhoria da eficácia financeira.

Portugal é um dos países europeus com a taxa mais elevada de pessoas altamente qualificadas que emigraram (11 %). Entre 2001 e 2011, a percentagem de cidadãos portugueses com um diploma universitário que saíram do país conheceu um aumento de 87,5 %⁴. O número de emigrantes altamente qualificados teve um crescimento de 40 000 entre 2012 e 2014. É de 63,1 % a percentagem de cidadãos portugueses altamente qualificados⁵ registados como residentes noutros países europeus que emigraram entre 2011 e 2014. Os principais motivos para emigrarem são a baixa taxa de emprego em Portugal durante a crise económica, os baixos níveis de salários a nível nacional,⁶ a falta de oportunidade para utilizar adequadamente as suas competências no ambiente de trabalho e as perspetivas limitadas de progressão na carreira no país de origem. Quase 20 % dos emigrantes portugueses altamente qualificadas consideram que o seu período de permanência no estrangeiro terá uma duração de 6 a 10 anos e 43 % assumem que irá durar mais de 10 anos (Rui Gomes, 2016). Se não for compensada por fluxos de pessoas com qualificações equivalentes, esta «fuga de cérebros» pode prejudicar a competitividade de Portugal.

Figura 2. Países de destino dos migrantes portugueses – Formação académica dos migrantes qualificados (ensino superior)



Fonte: Observatório de Emigração

Fonte: Projeto BRADAMO.

4. Luta contra as desigualdades e promoção da inclusão

Portugal reduziu significativamente a sua taxa de abandono escolar precoce⁷ (AEP): caiu de 30,9 % em 2009 para 13,7 % em 2015, aproximando-se da meta nacional da Estratégia Europa 2020, que é de 10 %. Esta tendência positiva acentuou-se com uma diminuição de 3,7 pontos percentuais entre 2014 e 2015. A diferença da taxa de AEP entre os alunos nascidos em Portugal e entre os alunos nascidos fora do país é de apenas 2,7 pontos percentuais em favor dos primeiros. Em contrapartida, há disparidades significativas entre os sexos, com taxas de abandono escolar precoce de 11 % para as mulheres e de 16,4 % para os homens.

O país continua a debater-se com elevados níveis de repetição de ano e com divergências significativas dentro de grupos etários determinadas pelo contexto socioeconómico dos alunos

⁴ Fonte: Observatório da Emigração, «Emigração Portuguesa, relatório Estatístico 2014.»

⁵ 43 % têm um mestrado e 22,3 % concluíram o doutoramento. 35,2 % realizaram os seus estudos nas áreas das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) e das tecnologias da informação (TIC), 19,4 % na área da engenharia e 18,5 % nas áreas do direito, comércio e ciências sociais.

⁶ Mais de 60 % das pessoas altamente qualificadas que deixaram o país ganhavam menos do que 1 000 EUR em Portugal, e apenas 5 % ganhavam mais de 2 000 EUR. No estrangeiro, 50 % ganhavam entre 1 000 e 3 000 EUR e 26,5 % auferiam mais de 3 000 EUR (Rui Gomes, 2016).

⁷ Jovens entre os 18 e os 24 anos que não completaram o nível superior do ensino secundário e já não participam em ações de educação e formação.

(OCDE 2013). A taxa média de repetições de ano aumentou em 50 % entre 2011 e 2014. Atualmente situa-se nos 5 %, 11,4 % e 13,3 %, respetivamente, do primeiro até ao terceiro ciclo do ensino básico⁸ (Comissão Europeia 2016b).

A participação no ensino pré-escolar e acolhimento na primeira infância (EAPI) aumentou drasticamente na última década, tanto para a faixa etária de 0-3 como para a de 4-5⁹ (Comissão Europeia 2015). Contudo, esta tendência inverteu-se desde 2013, como a participação na EAPI das crianças com idade entre 4 e 5 anos caiu de 93,9 %, em 2013, para 93,5 %, em 2014, logo abaixo da média da UE de 94,3 %. A rede pública de jardins de infância que oferecem educação e acolhimento na primeira infância tem vindo a diminuir devido aos recentes cortes orçamentais. Cobria apenas cerca de 50 % das crianças inscritas com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos em 2014-2015, tendo sido inscritos 30 % em organizações financiadas por fundos públicos e tendo uma proporção crescente recorrido a centros privados¹⁰. Esta situação é mais grave nas zonas urbanas.

Desde 2012, Portugal tem vindo a pôr em prática uma política abrangente para combater o AEP, que demonstrou a sua eficácia. A estratégia abrange a prossecução de iniciativas como os TEIP¹¹ (programas destinados às regiões prioritárias), a introdução de um novo sistema de acompanhamento de estudantes e o lançamento, em 2012, de projetos-piloto que propõem vias alternativas para a escolaridade no ensino secundário inferior e superior para os alunos em risco de abandonar o ensino (*cursos vocacionais*)¹². O aumento da duração da escolaridade obrigatória para 12 anos, em 2009, gerou também condições favoráveis. O atual Governo tenciona tratar do problema da repetição de ano e das diferenças de desempenho, melhorando o serviço de tutoria aos estudantes, reconhecendo o valor das competências transversais nos currículos e reduzir o número de alunos por turma¹³. O sistema de rastreio rápido de 2012 no ciclo inferior do ensino secundário será suspenso em 2016/2017 porque é considerada discriminatório e ineficaz na prevenção do abandono escolar precoce. A prestação de apoio suficiente numa fase mais precoce do sistema educativo será, pois, crucial para a redução das diferenças de desempenho existentes no sistema geral de ensino e evitar um aumento da taxa de abandono escolar precoce.

O exame nacional para avaliação dos progressos da aprendizagem dos estudantes foi alargado em 2012 ao 4.º e 6.º ano do ensino básico (alunos com 9 e 11 anos de idade, respetivamente). No início de 2016, o Ministério da Educação substituiu esta avaliação sumativa por novas no 2.º, 5.º, e 8.º anos (alunos com 7, 10 e 13 anos) para as disciplinas de português e de matemática com um valor formativo mais elevado¹⁴. As primeiras provas tiveram lugar numa série de escolas em maio de 2016. O resultado dessas provas não afeta a classificação final do aluno, mas será utilizado pelas escolas e as famílias para avaliar o nível de conclusão do processo de aprendizagem do aluno, num esforço para corrigir as deficiências detetadas e reduzir o insucesso escolar. Pela primeira vez em tais avaliações nacionais, também são avaliadas as capacidades de comunicação oral.

O novo Governo fez da EAPI um elemento fundamental da prevenção do insucesso escolar; fixou-se um objetivo ambicioso, o de assegurar ensino pré-escolar público para todas as crianças com idades entre os 3 e os 5 anos em 2019. No domínio pedagógico, lançou a revisão das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE). Isto surge na sequência do grupo de trabalho, criado sob o governo anterior, destinado a formular as orientações para os infantários e centros de acolhimento de crianças.

⁸ O ensino básico é de 9 anos para alunos entre os 6 e os 14 anos de idade e está dividido em três ciclos: 4 anos +2 anos +3 anos.

⁹ Em Portugal, a escolaridade obrigatória começa aos 6 anos.

¹⁰ Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação Ciências.

¹¹ Os presentes programas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) foram lançados em 1996, inspirados nas ZEP, zonas de intervenção prioritárias francesas. As escolas com uma percentagem elevada de estudantes provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis têm direito a beneficiar de financiamento e apoio adicionais através de «contratos de melhoria».

¹² Vias de ensino e formação profissionais para os estudantes que tenham repetido o ano duas vezes no ensino secundário inferior e superior.

¹³ A redução do tamanho das turmas não será sistemática mas decidida em função do projeto pedagógico de cada escola.

¹⁴ As avaliações sumativas destinam-se a avaliar o grau de sucesso ou de proficiência que foi obtido no final de uma unidade de instrução, por uma comparação com algum padrão ou valor de referência. As avaliações formativas destinam-se a recolher reações que possam ser utilizadas pelo instrutor e os alunos no sentido de orientar as melhorias no contexto de ensino e de aprendizagem em que se enquadram.

Portugal é um dos países da UE com a percentagem mais baixa de residentes de países estrangeiros (4 %). A sua população imigrante é em grande parte proveniente das suas ex-colónias, de países da Europa Oriental e da China, estando mais de 51 % estabelecida em Lisboa. Em 2014, Portugal recebeu 442 pedidos de asilo. O Governo manifestou a sua disponibilidade para acolher refugiados, a fim de ajudar a aliviar a atual crise migratória e o défice demográfico e migratório do país. Portugal dispõe de um quadro jurídico que garante a integração dos imigrantes e o seu acesso ao sistema nacional de ensino.

Desde janeiro de 2016, o MEC lançou novas medidas para reforçar o apoio aos alunos migrantes, tal como classes introdutórias, intérpretes e campanhas de sensibilização. Reforçou igualmente a educação cívica nos currículos desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, propondo diversas orientações sobre questões conexas. Entre essas orientações, inclui-se a «educação para o desenvolvimento» e a «educação para os media», que têm por objetivo, respetivamente, melhorar as competências cívicas e interculturais e incentivar o pensamento crítico e a literacia mediática, nomeadamente no contexto das redes sociais. O rótulo «Escola Intercultural» incentiva as escolas a empenhar-se mais no diálogo e no ensino intercultural. A próxima etapa prevê a criação de uma rede de escolas interculturais. Desde este ano, um grupo de trabalho está a preparar uma estratégia global de promoção da cidadania no ensino que deverá congrega de forma coerente as várias iniciativas lançadas até à data.

5. Modernizar o ensino escolar

O recrutamento de menos professores nos últimos cinco anos devido a constrangimentos orçamentais determinou uma queda significativa do seu número total e contribuiu para o aumento da idade média dos professores. São 41 % os membros do pessoal docente do ensino público que têm mais de 50 anos, contra apenas 17,3 % no ensino privado, onde a proporção mais elevada de professores se situa entre os 30 e os 39 (Conselho Nacional de Educação 2015).

O Governo em funções no período de 2011-2015 deu início a uma reforma do sistema de formação inicial dos professores, a fim de melhorar a qualidade do pessoal docente. O MEC elevou os requisitos de admissão para a formação inicial de professores e procedeu à revisão do seu conteúdo. Além disso, estabeleceu um novo exame de entrada para a profissão que foi fortemente contestado pelas associações de professores e acabou por ser suspenso pelo Tribunal Constitucional. A forma como o exame foi concebido e instituído demonstrava debilidades que explicam a forte controvérsia que gerou. No entanto, esse exame destinava-se precisamente a corrigir o efeito negativo do atual sistema. Os docentes com vínculo permanente são recrutados unicamente com base nas suas notas finais no programa de formação de professores. A oferta destes programas é bastante elevada, pelo que as instituições de formação de professores têm tendência a inflacionar as notas dos estudantes para aumentar as suas hipóteses de encontrar um emprego (Conselho Nacional de Educação 2014). O atual Governo anunciou a sua disponibilidade para estabelecer um diálogo regular com os sindicatos e as associações profissionais e para repensar a política de recrutamento de professores. O desenvolvimento profissional dos professores também deverá ser revisto, assim como a função de gestão escolar, que deverá dar maior atenção ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

No quadro da estratégia destinada a lutar contra os baixos níveis de desempenho dos alunos, o MEC deverá conferir às escolas uma maior autonomia pedagógica, de modo a que possam apoiar projetos de experimentação pedagógica e promover um maior envolvimento dos pais e das comunidades locais. Para modernizar as ferramentas e os modelos de aprendizagem, o MEC irá lançar um «Polo de Competitividade e Tecnologia», que proporcionará uma plataforma de colaboração para as escolas, as empresas e a sociedade civil, a fim de apoiar a inovação no domínio da educação.

O espírito empresarial na educação é também fomentado pelo Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, criado em 2011 e o programa «Youth Start», lançado em 2015. O INOVA «concursos de ideias» em quatro domínios — atitude, criatividade, domínio empresarial e social — foi a sua iniciativa emblemática até à quarta edição, em 2014-2015. A edição de 2016 não teve lugar.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são ministrados e avaliadas como uma matéria em si mesma apenas no 7.º e no 8.º ano e, relativamente a certas matérias específicas de TIC, no 10.º e no 12.º anos, consoante a área de estudo. Desde 2012, as restrições orçamentais têm atrasado o aumento contínuo e significativo na utilização de meios informáticos no ensino

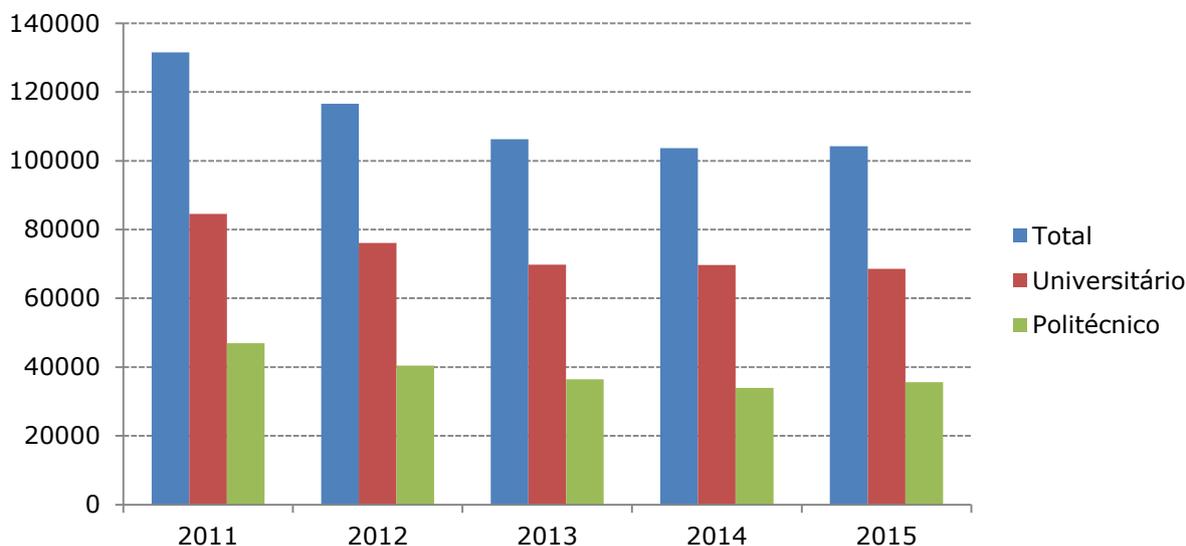
obrigatório¹⁵. No entanto, em 2014 e 2015 verificou-se o aumento do apoio à utilização das tecnologias móveis nas escolas e noutros contextos (Eurydice 2015c), por meio de uma série de iniciativas, tais como o projeto Laboratório de Salas de Aula Criativas. Atualmente, a nova Iniciativa Competências Digitais propõe-se aumentar as competências em TIC de 20 000 pessoas até 2020 e a fornecer recursos educativos digitais para modernizar os métodos de ensino e de formação de formadores.

6. Modernizar o ensino superior

Em Portugal, a taxa de conclusão do ensino superior para os jovens dos 30 aos 34 anos aumentou de forma constante ao longo dos últimos 8 anos, tendo passado de 21,6 % em 2008 para 31,9 % em 2015. No entanto, continua a ser inferior à média da EU, de 37,9 %, sendo que a meta nacional Europa 2020 é de 40 %. As taxas de conclusão, de 67 %, são ligeiramente inferiores à média da OCDE. As mulheres têm uma taxa de conclusão dos estudos significativamente melhor do que os homens, 73 % e 59 %, respetivamente (Comissão Europeia 2015b).

Desde 2008, a crise económica fez cair a taxa de empregabilidade dos recém-licenciados¹⁶ em quase 10 pontos percentuais. Em 2015 era de 75,5 %, inferior à média da UE, que é de 81,9 %. No entanto, esta tendência sofreu uma inversão desde 2012, na sequência da redução progressiva do desemprego em Portugal. As com estudos universitários mantiveram a sua vantagem competitiva no mercado de trabalho sobre os diplomados do ensino secundário, que têm uma menor taxa de empregabilidade, de 68,6 %. No entanto, os licenciados são frequentemente confrontados com perspetivas de baixa remuneração e de utilização inadequada das suas aptidões. Esta situação contribuiu para uma quebra acentuada das matrículas no ensino superior entre 2011 e 2014: a diminuição foi de 23 % nas primeiras matrículas na universidade (28 % para o primeiro ciclo) e de 30 %¹⁷ nos institutos politécnicos, acima do declínio demográfico. Em 2015, no entanto, as matrículas estabilizaram.

Figura 3. Primeira inscrição dos estudantes no ensino superior



Fonte: DGEEC/MEd — MCTES, PORDATA.

Por outro lado, a pouca capacidade do mercado de trabalho nacional para reter talentos encorajou a emigração de pessoas altamente qualificadas (ver Secção 3). Uma vez que as instituições de ensino superior em Portugal são principalmente financiadas pelo Estado, não é fácil obter o retorno do investimento público em termos de competências e de competitividade. Para atrair um maior número de estudantes não-UE para as universidades portuguesas, o Ministério da Educação alterou

¹⁵ O rácio aluno/computador passou de 19,1 em 2001/02 para 1,9 em 2010/11 para 3 em 2013/14.

¹⁶ Indivíduos com idades compreendidas entre os 20-34 anos que abandonaram os estudos entre um e três anos antes do ano de referência.

¹⁷ PORDATA 2016, Base de dados Portugal Contemporâneo.

o estatuto de estudante internacional, a fim de tornar mais flexíveis os requisitos de acesso à universidade.

O novo Governo anunciou igualmente uma série de novas medidas para aumentar a atratividade do ensino superior e para acelerar a consecução da meta nacional de 40 % da Estratégia Europa 2020. Para alargar o acesso, as autoridades irão aumentar o apoio social aos estudantes do ensino superior por meio de bolsas de estudo. A nível internacional, irão apoiar redes temáticas entre as universidades e os parceiros internacionais e favorecer a mobilidade dos estudantes. Para melhorar o desempenho e as taxas de conclusão dos estudos superiores, estão a propor uma maior flexibilidade dos currículos e contratar jovens doutorados para diversificar o corpo docente e apoiar novos projetos científicos e pedagógicos.

Os institutos politécnicos estiveram no centro da estratégia para modernizar o ensino superior levada a cabo pelo anterior governo, tendo finalmente registado uma retoma nas matrículas desde 2015. O lançamento dos novos cursos técnicos superiores profissionais (CTESP) deverá consolidar a nova tendência ascendente (ver caixa *infra*).

Desde 2015, o MEC tem estado a apoiar a criação de «clusters» regionais para racionalizar a oferta de ensino, demasiado dispersa, prestada pelas instituições de ensino superior, também como forma de lograr uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e de promover o intercâmbio das melhores práticas. Até à data, duas grandes universidades de Lisboa, financiadas pelo Estado, foram fundidas e três universidades no norte criaram o Consórcio UniNord. A proposta de uma nova fórmula de financiamento com base num conjunto de critérios diferentes para promover uma maior diferenciação institucional foi abandonada em 2016. No entanto, o novo Governo reconhece a necessidade de prosseguir os esforços no sentido de lograr uma maior eficácia financeira. O plano orçamental prevê incentivos à constituição de consórcios, mas também uma maior autonomia das instituições de ensino superior para procurarem financiamento adicional, não proveniente de fundos públicos. Todas as novas propostas devem ser inseridas no novo quadro plurianual de financiamento para o ensino superior para o período de 2017-2019.

Caixa 2: Cooperação entre as instituições de ensino superior e o setor empresarial

O reforço da cooperação entre as universidades e as empresas é importante para melhorar a empregabilidade dos diplomados em todos os setores e promover a inovação (Comissão Europeia 2016a). A gestão atual e os sistemas de financiamento universitários, assim como o percurso profissional académico, não proporcionam um ambiente propício ao desenvolvimento da cooperação entre a universidade e as empresas.

No entender dos representantes académicos e universitários portugueses, os obstáculos a essa cooperação estão entre os mais elevados da Europa. Os principais obstáculos são a falta de financiamento público ou privado, ou a burocracia excessiva e demasiado rígida (Comissão Europeia 2014). Os académicos afirmam não conhecer os diversos quadros de cooperação, enquanto as universidades consideram que as empresas são os únicos beneficiários destes esforços. Por outro lado, as empresas carecem frequentemente de capacidade para aceitar estágios ou projetos e veem as universidades como demasiado burocráticas para investir.

Os institutos politécnicos começaram a abrir novas vias para cooperar com as empresas locais, nomeadamente propondo novos cursos técnicos superiores profissionais. Estes cursos, de 4 semestres, incluem um período de 6 meses de formação no posto de trabalho e propõem programas destinados a ser incorporados na estratégia de crescimento económico local. Até à data, mais de 7 900 empresas, na sua maioria pequenas empresas, propuseram mais de 19 500 estágios. O número de cursos técnicos superiores profissionais propostos por instituições públicas ou privadas aumentou de 92 em 2014 para 539 em junho de 2016, com um total de 16 771 estudantes. A maior proporção increveu-se em gestão de empresas (24 %), TIC (12 %) e engenharia (16 %).

Os cursos, situados no nível 5 do quadro nacional e europeu de qualificações, confere 120 créditos ECTS¹⁸. O Ministério da Ciência e Ensino Superior propõe que a conclusão de cursos

¹⁸ Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos.

técnicos superiores profissionais confira o acesso à universidade, o que poderá constituir um novo estímulo à cooperação entre os estudantes universitários e o setor empresarial. Além disso, o novo plano orçamental prevê apoio específico para os institutos politécnicos para reforçarem a sua ação no domínio da investigação e da inovação. Esse apoio seria concretizado através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo desenvolvimento de relações mais estreitas com a rede empresarial local.

Não obstante estes progressos, em Portugal não existe um conjunto abrangente de medidas ou uma estratégia para enfrentar os obstáculos económicos e institucionais à cooperação entre universidades e empresas. Embora o Governo tenha anunciado medidas para tornar o recrutamento de professores mais flexível e concursal e para tornar universidades públicas mais livres para atrair financiamento privado, não se prevêem incentivos concretos para levar as universidades a cooperar com a indústria. Além disso, a maior parte dos esforços são orientados para programas de doutoramento e ignoram a necessidade de uma melhor ligação entre os programas para licenciados e o mundo da economia.

A execução da segunda fase do projeto coordenado pela OCDE para desenvolver uma estratégia nacional de qualificações para Portugal pode proporcionar uma boa oportunidade para explorar novas vias para incentivar a cooperação entre as universidades e as empresas.

7. Modernizar o ensino e a formação profissionais e promover a educação de adultos

A participação dos estudantes do ensino secundário no ensino e formação profissionais (EFP) em 2015 foi de 45,8 %, abaixo da média da UE de 48,9 %. A participação dos adultos na aprendizagem ao longo da vida em Portugal tem permanecido estável ao longo dos últimos 3 anos, situando-se nos 9,7 %, ligeiramente abaixo da média da UE de 10,7 %, em 2015. A taxa de emprego dos diplomados do ensino secundário¹⁹ aumentou de 65,2 % em 2014 para 68,6 % em 2015.

A nova estratégia de EFP tem em vista a integração da oferta nacional a fim de resolver a duplicação de esforços e aumentar a eficiência. Desde janeiro de 2016, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) tem vindo a atualizar²⁰ o Catálogo Nacional de Qualificações²¹ pela via da reativação de 16 Conselhos Setoriais para a Qualificação²². A integração dos cursos de EFP (cursos profissionais) no Catálogo Nacional de Qualificações permitiu às escolas propor este ano um novo conjunto de qualificações de EFP.

O Sistema Nacional de Qualificações, criado em 2007, estabelece o princípio de dupla certificação²³, que permite a transição entre a via académica e a do EFP, incluindo no ensino superior, tendo por base um quadro nacional de qualificações e um sistema nacional de créditos. A ANQEP começou a desenvolver um sistema deste tipo em 2013, que se espera ser aprovado no final de 2016 e permita a conclusão do Quadro Nacional de Qualificações. A ANQEP também está a levar a cabo um programa destinado a ajudar 231 pretendentes de formação²⁴ a criar os seus próprios sistemas de garantia de qualidade e a alinhá-los com o Quadro Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (EQAVET). A iniciativa Embaixadores EFP envolve sessões de informação itinerantes e feiras de EFP, num esforço para tornar o EFP mais atrativo.

Quanto à educação de adultos, a rede de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) será extinta e substituída, em 2016, por 270 Centros Qualifica, com pessoal adicional e qualificado. Em 2017/2018, o Governo deverá igualmente lançar o «passaporte de qualificações». Este novo

¹⁹ Jovens com idades compreendidas entre os 20-34 anos que abandonaram os estudos entre um e três anos antes do ano de referência.

²⁰ foram criadas 10 novas qualificações, reestruturadas outras 10 e suprimidas duas.

²¹ O QNQ contempla 40 domínios de educação e de formação.

²² Os Conselhos Setoriais para a Qualificação são grupos de trabalho técnico-consultivos criados para assegurar a ligação entre as qualificações e as necessidades do mercado de trabalho em termos de competências.

²³ A dupla certificação significa que os estudantes têm habilitações escolares e uma qualificação profissional.

²⁴ 174 escolas profissionais, escolas de ensino secundário, 15, 5 escolas privadas, 10 escolas, 4 IEFP e 23 DGERT.

instrumento e plataforma em linha visam melhorar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e ajudar as pessoas que não estudam a aceder aos programas de ensino e formação de adultos.

8. Referências

- Conselho Nacional de Educação (2014), Estado da Educação 2013, http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao_2013_VF.pdf
- Conselho Nacional de Educação (2015), Estado da Educação 2014, http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao_2014_VF.pdf
- European Commission (2014), Report on the State of European University Business Cooperation, 2013, <http://www.ub-cooperation.eu/pdf/portugal.pdf>
- European Commission (2015a), Education and Training Monitor — Volume 2, Portugal, http://ec.europa.eu/education/tools/docs/2015/monitor2015-portugal_en.pdf
- Comissão Europeia (2015b), O Espaço Europeu do Ensino Superior em 2015: Processo de Bolonha. Implementation Report, http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/182EN.pdf
- European Commission (2016a), Country Report Portugal, http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/csr2016/cr2016_portugal_en.pdf
- European Commission (2016b), Education policies and practices to foster tolerance, respect for diversity and civic responsibility in children and young people in the EU, http://ec.europa.eu/education/library/study/2016/neset-education-tolerance-2016_en.pdf
- Comissão Europeia (2014), «Os Números-chave sobre a Educação Pré-escolar e Cuidados para a Infância na Europa http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/key_data_series/166en.pdf
- Eurydice (2015a), Tackling Early Leaving from education and Training, http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/175en.pdf
- Eurydice (2015b), O Espaço Europeu do Ensino Superior em 2015: Bologna Process Implementation Report, http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/182EN.pdf
- Eurydice (2015c), Country Report on ICT in education, Portugal, http://www.eun.org/c/document_library/get_file?uuid=72187cdf-a487-42d3-9525-5c7d7bb14318&groupId=43887
- Eurydice (2016), Promoting citizenship and the common values of freedom, tolerance and non-discrimination through education, http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=EC0216217
- OCDE (2014a), Portugal, perspectivas de política de educação http://www.oecd.org/education/EDUCATION%20POLICY%20OUTLOOK_PORTUGAL_EN.pdf
- OECD (2014b), Are disadvantaged students more likely to repeat grades?, <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5jxwwfp1ngr7.pdf?expires=1464360815&id=id&accname=guest&checksum=52A61CF806CEE4903E1E26C19B899048>
- OECD (2015), Portugal Skills Strategy Diagnostic Report, <http://www.oecd.org/skills/nationalskillsstrategies/Diagnostic-report-Portugal.pdf>
- Rui Gomes (2016), Projeto BRADRAMO, Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe (Universidade do Porto, Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra), <http://www.bradramo.pt>

9. Anexo. Fontes dos indicadores-chave

Indicador	Eurostat, referência dos dados em linha
Abandono precoce do ensino e da formação	edat_ifse_02 + edat_ifse_14
Conclusão de estudos superiores	edat_ifse_03 + edat_ifs_9912
Educação e acolhimento na primeira infância	educ_uoe_enra10
Taxa de emprego dos recém-diplomados	edat_ifse_24
Despesa pública total com a educação, em percentagem do PIB	gov_10a_exp
Despesa com instituições públicas e privadas por estudante	educ_uoe_fini04
Mobilidade para fins de aprendizagem	educ_uoe_mobg03
Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida	trng_ifse_01

Comentários e perguntas sobre o presente relatório são bem-vindas e podem ser enviadas por correio eletrónico para:
Patricia PEREZ-GOMEZ
Patricia.PEREZ-GOMEZ@ec.europa.eu
ou
EAC-UNITE-A2@ec.europa.eu

